



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

SEÇÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Processo Administrativo nº 148/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Detalhamento do objeto: Este Termo de Referência tem por objeto Contratação de empresa, associação ou entidade especializada na prestação de serviços de arbitragem nas Modalidades **futsal, futebol society, futebol de campo, voleibol e beach tennis**, nos termos do quadro de detalhamento de itens em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 A presente contratação será regida pela [Lei Federal nº 14.133/2021](#), Decreto Municipal nº 400/2023 e demais atualizações aplicáveis ao caso.

1.3 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Conforme [art. 84, da Lei nº 14.133/2021](#).

1.4 O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, por apresentar especificações usuais no mercado, de desempenho e qualidade amplamente reconhecidas, permitindo a definição objetiva do objeto a ser contratado.

1.5 O descritivo técnico, os quantitativos estimados e demais informações relativas a cada item objeto da contratação estão detalhados na planilha constante do Apêndice deste Termo de Referência, a qual passa a integrá-lo para todos os fins e efeitos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Fundamentação e Interesse Público

A presente contratação de serviços de arbitragem é fundamentada na necessidade institucional, identificada pela Secretaria Municipal de Esportes e Cultura, de garantir





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

a lisura, imparcialidade e qualidade técnica das competições esportivas oficiais (Futebol de Campo, Futsal, Futebol Society e Voleibol) promovidas pelo Município de Parecis/RO.

A intervenção se faz necessária devido à ausência de quadro técnico permanente (servidores efetivos) com a devida qualificação e credenciamento para o exercício da função de árbitro, assistente e mesário, que são atividades altamente especializadas e de demanda intermitente (concentrada em fins de semana e períodos noturnos).

2.2 Objetivo Geral

O objetivo geral desta contratação é suprir a demanda da Secretaria por equipes completas de arbitragem qualificadas por meio do Sistema de Registro de Preços, assegurando:

- O pleno e regular funcionamento do calendário esportivo anual, viabilizando a realização de campeonatos e torneios.
- A imparcialidade e credibilidade das competições perante atletas e comunidade, mediante a contratação de profissionais externos e devidamente credenciados.
- A eficiência na gestão pública, evitando o risco trabalhista e o ônus administrativo de contratações fragmentadas de pessoas físicas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 Condições de Entrega (Execução do Serviço)

4.1.1 A "entrega" do serviço será configurada pela execução da partida de arbitragem completa, conforme as especificações do item da Ata de Registro de Preços e as regras da modalidade.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

4.1.2 **Prazo de Execução:** O serviço deverá ser executado conforme a demanda da Secretaria de Esportes e Cultura, mediante **Ordem de Serviço (OS)** formal, que definirá a data, horário e modalidade da partida, a ser atendida pela CONTRATADA no prazo estabelecido na OS.

4.1.3 **Local de Execução:** O serviço será prestado nas instalações esportivas (campos, quadras) definidas pelo CONTRATANTE na respectiva Ordem de Serviço, em Parecis/RO.

4.2 Critérios de Rejeição (Não-Aceite Imediato): Os serviços poderão ser **rejeitados** pelo Fiscal Técnico, no todo ou em parte da execução da OS, quando em desacordo com as especificações e exigências do Termo de Referência, sendo aplicáveis as penalidades cabíveis.

4.3 O **Recebimento Provisório** do serviço se dará imediatamente **após o término da partida**, mediante a verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato de que a partida foi concluída e a **súmula/relatório de jogo foi devidamente preenchida e entregue**, atestando a conclusão da prestação do serviço.

4.4 Recebimento Definitivo (Aceite de Desempenho): O **Recebimento Definitivo** (Aceite de Desempenho) será formalizado pelo Fiscal Administrativo, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** após o Recebimento Provisório (conclusão do jogo), e será baseado na **verificação da qualidade técnica e conformidade da execução**.

5. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

5.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

5.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratadas, de seus empregados, prepostos ou subordinados

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrente da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:

a) marca;

b) fabricante

c) modelo;

d) procedência; e

e) prazo de garantia ou validade.

6.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA**

6.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 indicar preposto para representa-la durante a execução do serviço.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. Inciso III do §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

I – Fornecer o objeto com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II – Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados e sua entrega, bem como cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do contrato, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III – Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

IV – Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrente de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA**

V – Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VI – Deverá a contratada adotar boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo de execução será após emissão da nota de empenho.

5.2 Caso não seja possível a efetivação na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

5.3 A contratação é estimada pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com a necessidade e a solicitação das secretarias, à luz da legislação em vigor.

5.4 A contratada deverá fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta.

5.5. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

5.6 Manter durante a execução do contrato, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

5.7 Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à **CONTRATADA** o fornecimento de Equipamentos De Proteção Individual (EPI).

5.8 Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.

5.9 Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

5.10 Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 Nos termos do [art. 117, da Lei 14.133, de 2021](#), será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega de bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularidade de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 A fiscalização mencionada neste item não exclui nem atenua a responsabilidade integral da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, falhas técnicas ou vícios redibitórios eventualmente identificados, ainda que não apontados pela Administração durante a execução contratual. O exercício da fiscalização, por parte da Administração ou de seus agentes e prepostos, não implica em corresponsabilidade por tais ocorrências, nos termos do [art. 117 da Lei nº 14.133/2021](#).

10.1.2 O representante da Administração anotarà em registros próprios todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando à autoridade competente para as providências.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

10.2 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. [Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VI.](#)

10.2.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para regularização das faltas ou dos defeitos observados. Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 1º c/c [Decreto nº 11.246/2022, art. 22, II.](#)

10.2.2 Identificar qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 22, III.](#)

10.3.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 22, IV.](#)

10.3.4 no caso de ocorrência que possa impossibilitar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 22, V.](#)

10.3.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 22, VII.](#)

10.4 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termo aditivo, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes caso necessário. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 23, I e II.](#)

10.4.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema,





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 23, IV.](#)

10.5 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 22, VII.](#)

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5 O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrência, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatórios com vistas à verificação da necessidade de adequação do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. [Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV:](#)

11.5.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. [Decreto nº 11.246/2022, art. 21, III.](#)





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

11.5.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 21, II.](#)

11.5.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório de avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 21, VIII.](#)

11.5.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo setor de competência para tal, conforme o caso.

11.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 21, VI.](#)

12. DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da fiscalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

12.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

12.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratante.

12.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.5.1 Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovante, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critérios de julgamento da proposta

13.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

13.1.1 O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO POR ITEM, em atenção ao art. 6º, § 1º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021;

Exigências de habilitação

13.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguinte requisitos:

13.2.1 Habilitação jurídica

- a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscritos, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. **Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;**
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- d) Cédula de identidade dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa;
- e) No caso de ser representado por procurador, deve-se apresentar a documentação conforme a letra d);
- f) Ser acompanhada pela procuração pública ou privada (neste último caso reconhecida firma em cartório)
- g) Prova da Inscrição no Cadastro de Pessoa Física e Jurídica.

13.2.2 Qualificação Fiscal

- a) Prova da regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativo a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas na alíneas 'a' e 'd', do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social INSS), dentro da validade;
- b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- c) Prova da regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;
- d) Prova da regularidade para com a Fazenda Municipal sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA**

- e) Prova da inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho da sede ou domicílio da licitante.

13.2.3 Da qualificação econômico-financeira

- a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial, Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências), emitida pelo órgão competente, expedida nos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade;
- b) Para fins de habilitação, a verificação em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 243.528,50** (duzentos e quarenta e três mil quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos), conforme valores unitários apostos no quadro de detalhamento dos itens em anexo.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de cada Secretaria solicitante.

15.2 Devido se tratar de Termo de Referência para Registro de Preço.

15.3 A contratação será atendida pela seguinte dotação ou em outros recursos provenientes de Créditos Adicionais das Secretarias, conforme necessidade que seguir:

Os recursos necessários para custear estas despesas terão que ser alocados no Orçamento Programa Exercício de 2026, na seguinte Função Programática: 02.006 – Manutenção das Atividades Culturais, Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Ficha: 152.

Parecis/RO, 28 de janeiro de 2026

Solicitado:

Guilherme dos Santos Ribeiro
Secretário Municipal de Esporte e Cultura

Autorizado:

Marcondes de Carvalho
Prefeito Municipal de Parecis





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

ANEXO I

ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	V. UNIT.
01	150	SERVIÇO	Contratação de empresa, associação ou entidade especializada em arbitragem, para prestação de serviços na Modalidade Futsal , que contenha dois árbitros e um mesário por partida (jogo).	R\$ 362,48
02	200	SERVIÇO	Contratação de empresa, associação ou entidade especializada em arbitragem, para prestação de serviços na Modalidade Futebol Society , que contenha dois árbitros e um mesário por partida (jogo).	R\$ 368,98
03	50	SERVIÇO	Contratação de empresa, associação ou entidade especializada em arbitragem, para prestação de serviços na Modalidade Futebol de Campo , que contenha um árbitro, dois assistentes (bandeirinhas) e um mesário por partida (jogo).	R\$ 589,48
04	50	SERVIÇO	Contratação de empresa, associação ou entidade especializada em arbitragem, para prestação de serviços na Modalidade Voleibol , sendo que em cada jogo deverá ser composta de: 02 árbitros e 01 mesário (cronometrista e anotador).	R\$ 852,50





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

05	50	SERVIÇO	Contratação de empresa, associação ou entidade especializada em arbitragem, para a prestação de serviços na modalidade beach tennis, devendo cada jogo ser composto por: 01 (um) árbitro principal e 01 (um) auxiliar de arbitragem , quando necessário.	R\$ 865,23
----	----	---------	---	------------





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **MARCONDES DE CARVALHO - PREFEITO**,
CPF: 420.25*. **2- *9 em **28/01/2026 11:18:15**, Cód. Autenticidade da Assinatura:
11A8.6918.5156.8114.4113, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de
2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **GUILHERME DOS SANTOS RIBEIRO**, **CPF:**
794.46*. **2- *1 em **28/01/2026 10:52:53**, Cód. Autenticidade da Assinatura:
1025.7U52.5536.E788.6043, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de
2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **D64.756** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA - 14.133-2021**.

Elaborado por **AIANA CAROLINE SETTE DUPINHAKE**, **CPF: 702.71*. **2- *3**, em **28/01/2026 - 10:23:58**

Código de Autenticidade deste Documento: 1047.7823.858Z.X11K.0762

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.parecis.ro.gov.br/verdocumento>

